



**“EU SOU BUGRE”: GÊNERO, SEXUALIDADE E DIFERENÇAS NAS
FRONTEIRAS DA/NA UNIVERSIDADE**

**“YO SOY ‘BUGRE’”: GÉNERO, SEXUALIDAD Y DIFERENCIAS EN LAS
FRONTERAS DE/EN LA UNIVERSIDAD**

**“I AM ‘BUGRE’”: GENDER, SEXUALITY AND DIFFERENCES ON THE
BORDERS OF/AT THE UNIVERSITY**



Tiago Duque¹

RESUMO

Esse texto em tela se propõe ao exercício analítico de pensar as ações do Impróprias – Grupo de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Diferenças (UFMS/CNPq) – e o seus efeitos, assim como as possíveis contribuições que as suas experiências no ensino, na pesquisa e na extensão têm a oferecer para o campo da Educação em contextos sul-mato-grossenses. Por meio de uma experiência vivida em sala de aula, em que um indígena justifica a compreensão do conteúdo em relação a travestis e transexuais pelo fato de ele ser “bugre” – em uma perspectiva pós-crítica em educação –, discute-se gênero, sexualidade, diferenças e reconhecimento. Conclui-se que em contextos sul-mato-grossense, onde as diferenças se apresentam de modo desafiador em termos de desigualdade, violência e injustiça, o conhecimento disruptivo pode contribuir para que elas possam ser compreendidas fora de interpretações binárias e essencialistas, indicando o quanto os/as “não diferentes” são tão produzidos/as socialmente como os/as diferentes.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Pesquisa. Queer. Fronteira.

RESUMEN

Este texto en pantalla propone el ejercicio analítico de pensar las acciones de Impróprias – Grupo de Investigación sobre Género, Sexualidad y Diferencias (UFMS/CNPq) – y sus efectos, así como los posibles aportes que sus experiencias en la docencia, en la

¹ Doutor em Ciências Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, Brasil.

investigación y en la extensión tienen para ofrecer para el campo de la Educación en contextos de Mato Grosso do Sul. A través de una experiencia vivida en el aula, en la que un indígena justifica la comprensión del contenido en relación a los travestis y transexuales por ser un “bugre” – en una perspectiva poscrítica en educación –, se discute género, sexualidad, diferencias y reconocimiento. Se concluye que en contextos de Mato Grosso do Sul, donde las diferencias se presentan de manera desafiante en términos de desigualdad, violencia e injusticia, los saberes disruptivos pueden contribuir para que puedan ser comprendidas fuera de las interpretaciones binarias y esencialistas, indicando cuánto las/los “no diferentes” son tan socialmente producidos como los/las diferentes.

PALABRAS-CLAVE: Enseñanza. Búsqueda. Queer. Frontera.

ABSTRACT

This text on screen proposes the analytical exercise of thinking about the actions of Impróprias – Research Group on Gender, Sexuality and Differences (UFMS/CNPq) – and their effects, as well as the possible contributions that their experiences in teaching, in research and in extension courses have to offer for the field of Education in contexts of Mato Grosso do Sul. Through an experience lived inside the classroom, in which an indigenous person justifies the understanding of the content related to transvestites and transsexuals by the fact of him being a “bugre” – in a post-critical perspective in education –, gender, sexuality, differences and recognition are discussed. It is concluded that in contexts of Mato Grosso do Sul, where differences present themselves in a challenging manner in terms of inequality, violence and injustice, disruptive knowledge can contribute so that they can be understood outside of binary and essentialist interpretations, indicating how much the “non-different” are as socially produced as the different.

KEYWORDS: Teaching. Research. Queer. Border.

* * *

“Sou visível – vejam esse rosto índio –, no entanto, sou invisível. Tanto lhes deixo cegos com meu nariz adunco como sou seu ponto cego”.

Glória Anzaldúa

Introdução

Na tarde quente de um dia intenso de trabalho envolvendo acadêmicas/os e professor, em uma aula ofertada a um curso da área da saúde na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), o tema discutido era: experiências de travestis e transexuais e a inteligibilidade do corpo delas/es e de todas as demais pessoas que vivem em um contexto cultural como o nosso, isto é, cujas expectativas de gênero inteligível associam o “sexo” dito biológico a identidade de gênero e orientação sexual (BUTLER, 2003; NASCIMENTO, 2021).

Em dado momento o professor percebe certa dificuldade da maior parte dos/as futuros/as profissionais em compreender a legitimidade da constituição identitária e corporal de travestis e transexuais, assim como resistência por parte de muitos/as ali em compreender os processos de reconhecimento dessa população diante das limitações das políticas públicas em termos de gênero e sexualidade no Brasil (SEFFNER, 2011; ÁVILA, 2014; LIMA, 2014; VIEIRA; BAGAGLI, 2018). Eis que em dado momento um homem não branco e mais velho do que a maioria presente, predominantemente mulheres jovens brancas e de classe média, toma a palavra e interpela o professor e a turma dizendo: “Eu sei do que o senhor está falando. Eu sou bugre”.

Esse episódio vivido por mim – autor deste texto e líder do Impróprias – Grupo de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Diferenças – na sala de aula de uma das disciplinas que ministro será tomado aqui para analisar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A anunciação “eu sou bugre” será discutida a partir da experiência do referido grupo de pesquisa no sentido de pensar as fronteiras de gênero, sexualidade e diferenças da/na universidade. Ao invés de uma retomada descritiva das ações do Impróprias, esse texto em tela se propõe ao exercício analítico de pensar as suas ações e os seus efeitos, assim como as possíveis contribuições que suas experiências na área do ensino, da pesquisa e da extensão têm a oferecer para o campo da Educação em contextos sul-mato-grossenses.

Isso se dará em uma perspectiva pós-crítica em Educação (PARAÍSO, 2004; PARAÍSO, 2018), isto é, aquela que combina abordagens teóricas com o rótulo de “pós”: pós-estruturalismos, pós-modernismos, pós-colonialismos, pós-gênero e pós-feminismo; com as abordagens que fazem deslocamentos importantes em relação às teorias críticas: Multiculturalismo, Pensamento da Diferença, Estudos Culturais, Estudos de Gênero, Estudos Étnico-Raciais, Estudos *Queer*, entre outros (MEYER; PARAÍSO, 2014). Nesta perspectiva a aposta é mais na experiência da diferença do que na experiência da diversidade. “A diversidade serve a uma concepção horizontal de relações sociais que têm como objetivo evitar a divergência e, sobretudo, o conflito” (MISKOLCI, 2016, p. 52). Por sua vez, “lidar com as diferenças impõe encarar as relações sociais em suas assimetrias e hierarquias, reconhecendo que a divergência é fundamental em um contexto democrático” (MISKOLCI, 2016, p. 52).

Ao me referir à experiência, entendo-a como aquilo que nos passa, mas, além disso, o que nos acontece e nos toca (BONDIA, 2002). Isso quer dizer não o que se passa simplesmente, não o que acontece e não nos toca; afinal, “a cada dia se passam

muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece” (BONDIA, 2002, p. 20). Isto é, “contra a ideia de um ‘sujeito da experiência’ já plenamente constituído a quem as ‘experiências acontecem’, a experiência é o lugar da formação do sujeito” (BRAH, 2006, p. 360). Considerando o relatado sobre o acontecimento na sala de aula, a anúncio “eu sou bugre” poderia não ter sido feita, o que não nos garantiria ter vivido essa experiência. Os fenótipos indígenas mais conhecidos não estavam presentes no acadêmico que se colocou como bugre.

Há no caso dessa experiência indígena, como na de diferentes pessoas trans, a possibilidade de *passar por* (DUQUE, 2020b) como um “direito à indiferença” (ALMEIDA, 2012). No caso de homens trans, “essa invisibilidade adquirida com frequência a duras penas significa para a maior parte um agradável momento de trégua na estressante e contínua batalha por respeito à identidade/expressão de gênero” (ALMEIDA, 2012, p. 519). Talvez possa afirmar o mesmo em relação à identidade étnica, indígena, quando *passa por* alguém não indígena². Isso significa que a experiência da discussão da aula naquele dia aconteceu, tocou-o, não apenas passou, a ponto de ele não ter se mantido, enquanto indígena, invisível. A visibilidade, portanto, dá-se em termos de um regime. Ele não proíbe ou impede determinado modo de se tornar visível, mas é algo que regula e normaliza a experiência, algo que se ensina e se aprende em termos de códigos de valores e representações de como se deve se tornar reconhecido – leia-se visível (SEDGWICK, 1998; MISKOLCI, 2017; PASSAMANI, 2018).

Com essa compressão sobre experiência, tenho entendido que há compromissos que as/os intelectuais não dividem com quem participa das suas pesquisas (SPIVAK, 2010), ainda que sem essa participação seria impossível cumprir com o compromisso intelectual. Não se trata de hierarquizar os conhecimentos entre quem vive a experiência e quem a analisa, mas chamar a atenção para a necessidade de um investimento analítico a partir da positividade do poder, isto é, da sua capacidade de produzir subjetividades e identidades (COSTA; SILVERA; SOMMER, 2003) – não sendo a forma científica a única forma possível de analisar a experiência. Seja como for, no que se refere à experiência científica de analisar determinadas experiências, é preciso levar

² Ao fazer um uso ampliado da ideia de *passabilidade*, reconheço a falta de consenso sobre os “bons” usos e efeitos “estratégicos” do “tornar-se passável” por diferentes pessoas travestis e transexuais (HALBERSTAM, 2008; DEMÉTRIO, 2019). Ao mesmo tempo, o termo em contextos diferentes do discutido aqui tem sido usado para experiências focadas em outro marcador social que não o gênero e a sexualidade, como é o caso de negros (KENNEDY, 2001) e judeus (MILLS, 1999).

em conta que “o que somos hoje é resultado da história e das relações sociais que demandam trabalho intelectual e rigor acadêmico para identificar e compreender” (MISKOLCI, 2021, p. 82).

Sendo assim, em um primeiro momento será discutido o clima em que o Impróprias se estabeleceu e as implicações de um grupo de pesquisa que se propõe a atuar em uma perspectiva queer (LOURO, 1997; MISKOLCI, 2016; DUQUE, 2014) no Centro-Oeste fronteiro brasileiro. Em um segundo momento, apresento uma análise teórica a respeito de gênero, sexualidade e diferenças levando em consideração a atuação do referido grupo de pesquisa. Por último discuto os desafios locais e as possíveis contribuições que o ensino, a pesquisa e a extensão (na perspectiva aqui discutida) podem trazer para a realidade local.

Em meio às inapropriações, nascemos inapropriados

A origem do Impróprias se deu a partir de uma provocação queer, do ponto de vista teórico-político, intensamente situada na fronteira do Brasil com a Bolívia, em Mato Grosso do Sul. A realidade fronteira para um recém-chegado como eu logo se impôs de forma aos seus significados correntes marcarem o meu interesse intelectual para a reflexão a respeito das diferenças, buscando não invisibilizar determinadas experiências de formação de distintos sujeitos (SCOTT, 1998). Ela, a fronteira, “em seu sentido mais comum está ligada ao preconceito por sua condução de margem, portanto, marginal a uma noção, decorrentes de questões históricas e políticas” (OLIVEIRA; CAMPOS, 2012, p. 17). Isso se dá por ela ser um local “no qual se pode assimilar a negatividade, atribuída por diversos fatores como o ilícito, a clandestinidade, a miscigenação, entre outros (OLIVEIRA; CAMPOS, 2012, p. 17).

Esses significados em relação ao local fizeram com que eu buscasse enfrentar o desafio queer de problematizar a normalização, percebendo a realidade para além das noções de “minorias sexuais” ou uma adesão acrítica às proposições político-identitárias dos movimentos sociais. O interesse do Impróprias foi e segue sendo analisar como as fronteiras da diferença são constituídas, mantidas ou dissipadas (MISKOLCI, 2009). Assim, a partir de atividades de extensão desenvolvidas junto a acadêmicos/as do Campus Pantanal, na cidade fronteira de Corumbá, a ideia de inapropriação territorial surgiu não apenas como inspiração para o nome do grupo, mas também como uma

resposta diante da percepção dos impactos das discussões sobre gênero e sexualidade naquela realidade.

Quando da sua criação, não havia nenhum grupo de pesquisa organizado que focasse nas temáticas do gênero e da sexualidade no referido campus universitário. No ano de 2014, quando as primeiras atividades do projeto de extensão “Encontros de leituras sobre gênero e sexualidade” começaram, ainda antes da criação do grupo, as reações negativas em relação a essas reflexões foram aparecendo. A acadêmica Daniela Peño Paiva foi a grande incentivadora dos encontros e quem me ajudou a divulgar o projeto no campus e fora dele. Em um outro texto (DUQUE, 2017) discuti detalhadamente essa experiência, que envolveu familiares de acadêmicas mulheres e elas próprias em reações que indicavam o quanto essas discussões eram impróprias para uma lógica moral local, ou parte dela, seja interna ou externa à UFMS, que não via com bons olhos os estudos feministas, incluindo aí a teoria queer (JAGOSE, 1996; LOURO, 2004).

A Teoria Queer é hoje muito diversificada, por isso, quando me refiro aqui a ela quero dizer que a entendo como aquela que costuma alterar o foco de uma exclusiva preocupação com a opressão e libertação dos sujeitos para a análise das práticas institucionais, da produção dos conhecimentos sobre a sexualidade, o gênero e do modo como eles organizam a vida social sem deixar de lado outros marcadores sociais da diferença. De todo modo, a Teoria Queer atenta, em particular, para o modo como esses conhecimentos e práticas sociais oprimem diferenças (SEIDMAN, 1996, p. 13), sem desconsiderar os processos de agenciamento e resistências. Além disso, o queer acessa uma teorização de identidade pós-estruturalista, apontando para uma crescente consciência das limitações das categorias identitárias em termos de política de representação (JAGOSE, 1996).

Parte das reações referentes a esse projeto de extensão marcado por uma perspectiva queer foi, por exemplo, a de uma acadêmica que fez um apelo para que as amigas não a tocassem caso frequentassem as reuniões de estudos. Uma outra disse que o pai não a autorizou depois que soube dos temas dos encontros de leitura. Ou de outra que não participou por estar preocupada com o que o marido iria pensar caso ela fosse discutir temas diretamente ligados a gênero e sexualidade: corpo, poder, cultura, identidade, direitos, entre outros. Diante de reações desse tipo, as reuniões de estudos se fortaleceram tendo sempre um público muito diversificado, interessado nas discussões, principalmente de pessoas externas à universidade. Ao mesmo tempo em que esse

público ia participando dos encontros, o grupo foi sendo institucionalizado. Em 2015, finalmente recebeu a certificação da UFMS e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Assim, foi a partir de uma iniciativa no campo da extensão e a atenção dada aos seus efeitos na comunidade interna e externa à UFMS que o grupo de pesquisa nasceu, mostrando, por exemplo, o quanto as pesquisas que o grupo desenvolveu e desenvolve são inspiradas pela realidade local, não apenas em relação às experiências locais, mas como as pessoas reagem, a partir das suas experiências, à própria existência do grupo. As leituras teóricas em diálogo com a comunidade pantaneira é que proporcionaram reflexões originadas naquele contexto, ao mesmo tempo em que traziam novos olhares para ele vindos de fora dos territórios fronteiriços sul-mato-grossenses.

Isso era possível por uma provocação política em termos de modos de se produzir conhecimento com teorias estrangeiras, iniciadas mais marcadamente com a perspectiva queer, mas também aos poucos ampliada para outras influências internacionais. Refiro-me a uma perspectiva dos estudos subalternos (SPIVAK, 2010; BHABHA, 2005; SAID, 2020) que, por um lado, aposta no compromisso com a teoria (e da teoria) e dos intelectuais em contextos pós-coloniais no que lhes (nos) cabe em termos de crítica para a construção de novas gramáticas, que não falem pelos e nem apenas sobre os subalternos, mas compreendam a sua própria produção e existência, fora de binarismos e essencialismos.

Dito de outro modo, “participar do esforço para promover uma outra gramática, outra epistemologia, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como ‘verdadeiras’, e, até mesmo, as únicas dignas a serem aprendidas e respeitadas” (PELÚCIO, 2012, p. 399). Os efeitos disso, no nosso caso, por exemplo, deram-se no desafio de não encararmos gênero apenas em sua dimensão performática, um estilo corporal, um ato (BUTLER, 2003), e tecnológica, um “acontecimento de incorporação” (PRECIADO, 2018). Mas, além disso, percebendo-o sempre aberto ao apelo urgente de processos descolonizadores e pós-coloniais (FERNANDES; GONTIJO, 2016; PELÚCIO, 2012; PEREIRA, 2012).

Nesse sentido, a sexualidade é compreendida da mesma forma, não apenas a levando em consideração enquanto um dispositivo histórico de poder (FOUCAULT, 1988), destacando a sua realidade essencialmente sociopolítica (SIMÕES; SEDGWICK, 1998; WEEKS; RICH, 2010), mas também o quanto ela é produzida em uma realidade local que se caracteriza por uma época de bio-necropolíticas (LIMA,

2018). As implicações disso estão para além dos atos, tecnologias e relações de poder político, perpassam a própria noção de corpo, sua visibilidade e a sua produção material, com tudo que essa produção envolve de identitário, subjetivo e cultural em contextos ao sul – abaixo dos trópicos (DUQUE, 2019; MATEBENI, 2017). Inclusive, sabendo que “se o imperativo da visibilidade no nível das políticas públicas fortalece certas identidades ou grupos, também os expõe a um controle mais minucioso por parte de diferentes instâncias do poder estatal” (CARRARA, 2010, p. 144). Dito de outro modo, “a euforia pela conquista de direitos não pode nos fazer esquecer que muitos destes ‘direitos’ são, no fundo, amarras tirânicas em formas de experimentação dos prazeres e modos de ser da população LGBT” (SEFFNER, 2011, p. 65).

Foi essa perspectiva, vista por alguns/algumas como inapropriada para pensar gênero e sexualidade, que instigou diferentes perfis de acadêmicos/as do campus do Pantanal naquele momento da criação do grupo, em meio a críticas morais às atividades de leitura e discussão de textos sobre gênero e sexualidade com a comunidade. Ela tem, até hoje, provocado o envolvimento de estudantes e pesquisadores/as interessados/as em se aproximar do grupo de pesquisa e de suas atividades.

Chamo a atenção para o quanto as inapropriações em torno das noções de gênero e sexualidade se encontram para além da conceituação aqui apresentada, afinal, há muitos modos de se tornar inapropriado, ainda que esse “tornar-se” seja altamente contextual e dinâmico. Com isso, se por um lado esse texto não tem qualquer pretensão de esgotar ou aprisionar posicionamentos inapropriados de certas teorias e de quem com elas lida, tampouco entendo que a inapropriação seja algo atingível por completo e definitivamente. É exatamente a constatação de que na universidade somos quase sempre mais normativos/as do que impróprios/as, que a inapropriação se torna, como a noção mesma de identidade (HALL, 2015; HALL, 2000), um devir pessoal-político-institucional, a ser comumente buscado e/ou desejado.

Atualmente, situado na cidade universitária em Campo Grande, na Faculdade de Ciências Humanas (FACH), o grupo de estudos teve suas possibilidades de parcerias institucionais ampliadas, ao mesmo tempo em que, sem perder o vínculo com o campus da fronteira Brasil-Bolívia e a sua realidade, mantém-se vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campus Pantanal (PPGE/CPAN). A relação com a comunidade e, ao mesmo tempo, as pesquisas tanto no nível da graduação como na pós-graduação intensificaram ao longo dos anos. Destaco o curso “Democracia, gênero, sexualidade e diferenças” (realizado em 2016), que reuniu diferentes profissionais da

cidade e gerou um livro (LACERDA; CATANANTE; LIMA, 2019) com os projetos de atuação produzidos pelos/as cursistas, em parceria com o Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Educação (PROFEDUC) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Em relação à pesquisa, uma experiência bastante ilustrativa do modo como ensino, pesquisa e extensão estão indissociáveis é o trabalho do então adolescente Fabrício Pupo Antunes, bolsista de Iniciação Científica Junior (PIBIC.Jr/CNPq/USP/UFMS/Novaescola). Ele, como membro do Impróprias, fez a abertura, na 71ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da conferência “The Danish Girl: Literature, Film And Identity”, que teve como conferencista David Ebershoff³ (Columbia University – EUA). A pesquisa que desenvolveu sob a minha orientação (ANTUNES; DUQUE, 2020), entre 2018 e 2020, possibilitou a ele contactar o conferencista e, em diferentes feiras científicas da Educação Básica, receber diversos prêmios – nacionais e internacionais⁴. Ele discutiu questões de gênero e sexualidade, palestrando e pesquisando, em diferentes escolas no estado de Mato Grosso do Sul.

Além dos constantes projetos de extensão, o grupo oferta disciplinas específicas sobre gênero e diferenças ou inclui essas discussões em parte das aulas de disciplinas variadas, que têm sido oferecidas de forma aberta, a colher acadêmicos/as dos mais variados cursos de graduação (bacharelado em Ciências Sociais, Jornalismo, Medicina, Enfermagem, Psicologia, licenciatura em Educação Física, Pedagogia, História, Filosofia, entre outros) e também pós-graduação (mestrados em Antropologia, Educação e Estudos Culturais). Desde a prática extensionista que o originou às disciplinas no campo do ensino, as discussões não são apenas apresentadas a comunidade externa ou interna à universidade, mas alimentam a formação inicial ou de especialização de um número variado de graduandos/as e mestrandos/as interessados/as na prática de pesquisa.

Foi em uma dessas disciplinas que ocorreu a cena que introduz esse texto. Para compreendê-la melhor a partir da abordagem teórica que caracteriza o Impróprias, discuto mais à frente a noção de diferença. Antes, contudo, destaco que indígenas,

³ Autor do romance “The Danish Girl”. A adaptação do seu livro para o cinema venceu o Oscar em 2015.

⁴ Por exemplo, o 1º Lugar em Ciências Humanas na 17ª Feira Brasileira de Ciências e Engenharia – FEBRACE (InovaUSP) e o credenciamento para a *Regeneron International Science and Engineering Fair* (ISEF), a maior Feira de Ciências do mundo, sediada nos EUA, mas realizada de forma virtual devido à pandemia da Covid-19.

travestis e transexuais se diferenciam daqueles/as pensados supostamente como “não diferentes” em um contexto altamente desigual, violento e injusto para com seus respectivos grupos ou comunidades. Esse contexto é fundamental para que possamos entender suas respectivas identidades; afinal, elas são um ponto de encontro entre práticas e discursos que nos interpelam a tomar posições enquanto sujeitos sociais, sempre em relação a uma citacionalidade (HALL, 2000).

Essa citacionalidade precisa levar em conta, entre outros fatores, que o acadêmico indígena da minha referida disciplina da área da saúde vive em um estado onde prevalece a soja, o boi e o capital do agronegócio, trazendo-lhe implicações históricas em relação aos prejuízos em termos de vários direitos não respeitados. Em relação às travestis e às/aos transexuais, os dados de realidade também não são animadores, tendo em vista o alto número de assassinatos dessa população no país. Nesse sentido, se é verdade que, de modo geral, “lutamos na precariedade, a partir dela e contra ela” (BUTLER, 2018, p. 134), também é verdade que alguns grupos ou sujeitos lutam diante de maiores dificuldades, estando contextualmente mais vulneráveis do que outros.

No que se refere ao campo da Educação, essas dificuldades estão diretamente ligadas ao modo em que diferenças são produzidas. Considerando, por exemplo, a pandemia da Covid-19, é relativamente fácil identificar os limites e contradições de modelos de intervenção políticas e estatais que desconsideraram as diferenças, produzindo em tempos pandêmicos mecanismos sutis e perversos de exclusão, inclusive nas universidades (OLIVEIRA *et al.*, 2020). Por sua vez, essa realidade de exclusão a direitos antecede os últimos anos, estando presentes na própria forma de constituição do país, o que implicará em ações transformadoras a longo prazo, ainda que cada vez mais urgentes.

Fronteiras do/no reconhecimento das diferenças

O “eu sou bugre” dito em alto e bom tom na sala de aula, sem deixar ninguém em dúvida sobre o que essa afirmação significa em contextos sul-mato-grossenses, instaura um clima constrangedor do tipo como a categoria queer causava antes de perder sua força em termos de política acusatória (CARRILLO, 2016). O bugre é um termo ofensivo e discriminatório relacionando a imagem do indígena ao atraso, à miséria e ao bárbaro (GUISARD, 1999). Esse significado compartilhado circula na sociedade local das mais variadas formas, muitas vezes reforçando estereótipos violentos e

preconceituosos, a ponto de a turma em questão viver o incômodo da anúncio feita pelo referido acadêmico indígena atento às discussões da aula.

A experiência que torna essa fala possível e, simultaneamente, o que a permite ser incômoda na turma tem relação direta com o que entendemos no grupo de pesquisa por diferenças. A diferença tem sido disputada em diferentes ordens, desde o campo político-identitário e midiático até o Legislativo e Executivo. Em termos teóricos não é diferente. Nesse sentido, de forma reflexiva, ela não deve ser tomada como tendo um significado autorreferente para nossas análises, seja no contexto do ensino, da pesquisa ou da extensão. Ela, então, deve ser compreendida enquanto efeito da interação social e não como sinônimo de desigualdade (VENCATO, 2014; BRAH, 2006). “É uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política” (BRAH, 2006, p. 374). Atentamo-nos à produção da diferença em termos de experiências por meio dos marcadores sociais: classe, raça, etnia, gênero, sexualidade, geração, escolarização, nacionalidade, religiosidade, entre outros. Não entendo esses marcadores enquanto categorias analíticas substancializadas, afinal, o seu significado só se realiza na prática de quem age sobre determinada conjuntura (HIRANO, 2019).

Considerando isso, ao identificar os marcadores sociais da diferença, não se trata de desenvolver uma análise com uma quantidade infinita deles. “Mas atentar para o entrelaçamento daqueles que se mostram relevantes contextualmente, ou seja, partindo de análises atentas às diferenças que fazem diferença em termos específicos, históricos, localizados e, obviamente, políticos” (HENNING, 2015, p. 11). Por exemplo, a experiência em que se anuncia “eu sou bugre” me permite pensar nos usos comuns que muitas vezes associam cisgeneridade à opressão e/ou privilégio. Ao relativizar esses usos, não quero negar a existência de desigualdades e opressões, mas, em vez disso, problematizar a própria produção das diferenças localizadas contextualmente e singularmente. Não se trata, portanto, de negar o que tem sido chamado de sistema ou de cis-política (JESUS, 2016; DEMÉTRIO, 2019), isto é, a existência de uma produção de corpos tidos como “naturais” (cis) e outros como “não naturais” (trans). Afinal, tem sido rentável a categoria cisgeneridade “para questionar os privilégios dos corpos que se entendem dentro de uma perspectiva naturalizante e essencialista de gênero” (NASCIMENTO, 2021, p. 100). Contudo, aqui, a experiência vivida dentro de sala de aula me aponta outros caminhos analíticos a serem percorridos.

O fato de eu ter tratado da temática trans na aula e um homem cisgênero ter compreendido o que discutíamos por certa identificação com essa população – que não era necessariamente, em termos de identidade de gênero e sexualidade, a que ele faz parte – me permite pensar algo importante sobre as diferenças e suas fronteiras. Inicialmente, em relação ao acadêmico indígena que se anunciou enquanto bugre, cabe a afirmativa de que “Confundir os homens que se desviam da norma geral com o homem, o opressor, é uma grave injustiça” (ANZALDÚA, 2005, p. 711). Além disso, “só faz sentido dizer que ser cis é um privilégio em relação a uma pessoa trans caso a cisgeneridade seja (des)racializada, (des)sexualizada, etc.” (FAVERO, 2020, p. 192). Isso parece estar perceptível na anúncio “eu sou bugre” como certa justificativa para a compreensão das experiências trans se comparamos ele, o anunciante, com as demais pessoas não bugre da turma, especialmente as mulheres jovens, brancas e de classe média, com dificuldades de compreensão e certa resistência a respeito das experiências por reconhecimento de travestis e transexuais.

Assim, temos, enquanto grupo, investido em um importante exercício: não encarar a diferença como simplesmente fadada a ser oprimida ou exclusivamente condicionada à impossibilidade de agenciamentos, ainda que relações de subalternidade estejam a constituindo. Mais do que isso, temos buscado nos atentar para a agência que caracteriza as experiências que temos analisado. Quando nos referimos à agência, pensamos em intencionalidade e com o fato de perseguir projetos de vida, que são definidos culturalmente. Isso se dá de forma entrelaçada com o poder, afinal agimos sempre em contextos de relações de desigualdade, de assimetria e de forças sociais. Por isso a agência é algo a ser entendido para além de quem age, constituída e constitutiva de um externo que independe do seu querer (ORTNER, 2007).

O agenciamento de se anunciar publicamente enquanto bugre em uma aula que discutia identidade de gênero e diversidade sexual, mas não apenas isso, as dificuldades de reconhecimento, especialmente em políticas públicas da saúde, dizem muito sobre como se compartilham contextos comuns em termos de agenciamentos pós-identitários, mas não anti-identidades. Isto é, agenciamentos de identidades que se tornam inteligíveis (trans e bugre) a partir das experiências mais ou menos comuns, ainda que singulares, e não das identidades em si – fixas, autorreferentes ou generalizadoras.

Portanto, a agência aqui não nega as dimensões estruturais que a caracterizam, mas nos faz perceber o quanto a diferença também pode ser compreendida por suas possibilidades de resistências e escapes às normas, às vezes mais, às vezes menos,

violentas que compõem as distintas realidades. E, ainda, o quanto esses agenciamentos podem ir além das identidades políticas e nos contar mais sobre normas compartilhadas, muitas vezes que subalternizam e outras, às vezes concomitantemente, permitem a resistência de um grupo ou comunidade. Dito de outro modo, estamos atentos às ações que são movidas pelo desejo, que se manifesta como a força inovadora e impulsionadora da mudança (FURLIN, 2013). Isso “porque é ele que ativa a consciência reflexiva acerca dos limites que o poder impõe ao sujeito, gerando resistência/agência” (FURLIN, 2013. p. 395).

Evidentemente que a implicação desse exercício envolve também a noção de reconhecimento enquanto algo que circula, assim como o poder. Essa circulação não é restrita às fronteiras identitárias das identidades políticas, o que não significa que o reconhecimento não as torna possíveis. Essa circulação envolve vidas particulares em experiências mais ou menos comuns, em um contexto em que, de certa forma, todos temos de dar conta de nós mesmos (ASSMANN, 2007; KNUDSEN, 2010; BUTLER, 2009). O reconhecimento visto nessa perspectiva nos diz muito mais sobre o social e o (não)normativo do que sobre os sujeitos em si mesmos. É nesse sentido que entendemos os jogos identitários em torno das diferenças. Não se trata apenas de luta, mas também de negociações, flexibilizações e entregas em jogos de poder que dizem muito sobre modos agenciados, antigos e/ou novos, de reconhecimento.

Ao me referir a reconhecimento e diferenças, considerando o contexto fronteiriço sul-mato-grossense, das diferentes possibilidades de pensar a respeito da ideia de fronteira, seja territorial, moral, religiosa, transnacional, cultural, política, linguística, legal, étnica, entre outras, quero chamar a atenção para a do corpo. A dinamicidade do corpo é sempre fronteiriça, no sentido da dinâmica mesmo; afinal, nem a fronteira nacional como tal é fixa, mesmo quando fixada, pois está envolvida em lutas, façanhas e utopias (IANNI, 1988).

Assim, foi a ideia de fronteira, naquilo que ela tem de sazonal e não necessariamente de estagnação, que tem me feito pensar em um certo lugar de corpo, mais que um lugar de fala (RIBEIRO, 2017), no ato de produzir conhecimento por meio de pesquisa em Educação. Refiro-me à materialização (social), produzida contextualmente por meio dos marcadores sociais da diferença, que não necessariamente garante fala ou corresponde ao que se fala, tampouco nos garante autonomia na produção corporal e poder sobre a nossa própria representação. O acadêmico indígena autodeclarado bugre tem um lugar de corpo que nem sempre fala

ou que necessariamente se coloca por meio exclusivo das histórias da sua própria comunidade racializada, étnica ou cisgênera. Há um lugar de corpo mais ou menos compartilhado, independentemente de suas vontades e, claro, de sua consciência, entre indígenas e trans (não me refiro aqui aos/às indígenas trans)⁵. Isso fica evidente na frase “eu sei do que o senhor está falando” proferida pelo acadêmico para dar a entender que tinha compreendido a discussão da aula sobre reconhecimento e direitos de travestis e transexuais.

Portanto, o lugar de corpo não se trata de algo que tenhamos controle ou se refira a algo que com o qual possamos simplesmente nos autodefinir (DUQUE, 2020a). Tampouco podemos dizer que, por ser indígena ou trans, a consciência política e a agência transformadora já estejam dadas, afinal, elas “não são determinadas pelas estruturas biológicas, por experiência localizável exclusivamente no corpo” (BENTO, 2011, p. 105). Existe inapropriação (neste caso, risco de cancelamento) nessa ideia considerando as contemporâneas cobranças e exigências sobre quem está ou não autorizado a falar, seja lá onde for, mas também sobre quem está ou não autorizado a produzir conhecimento sobre gênero e sexualidade, seja por distintos interesses e questões políticas, vindo de setores identitários conservadores como de identitários progressistas (MISKOLCI, 2021; PELÚCIO; DUQUE, 2020; FASSIN, 2021).

Trago essa reflexão para o campo da pesquisa em Educação. Durante o trabalho de orientação de pesquisas na graduação e pós-graduação junto ao Impróprias, assim como no meu próprio exercício investigativo, o corpo se destaca como parte da forma como somos capazes de produzir dados para a análise sobre as diferenças, especialmente as de gênero e sexualidade. Isso se dá levando também em consideração que o corpo existe a partir dos marcadores sociais da diferença em relação entre si e através dessa relação, ainda que de modos contraditórios e em conflito (MCCLINTOCK, 2003).

O corpo das experiências de travestis e transexuais, assim como o do indígena, apresenta um processo de reconhecimento que circula significados comuns, como aqueles que indicam vulnerabilidades, mas também resistências (NASCIMENTO, 2020). Aqui, mais do que uma separação entre “nós” e “eles/elas”, chamo a atenção para as fronteiras hora estabelecidas e posteriormente derrubadas das identidades. Não

⁵ Experiências de indígenas travestis/transexuais em Mato Grosso do Sul estão presentes no videodocumentário “Sempre existimos”, dirigido por Tanaira Sobrinho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6EDEFE-23GE>. Acesso em: 08 maio 2022.

se trata de afirmar que só podem compreender os processos de reconhecimento, no campo das políticas públicas da saúde ou outro qualquer, quem compartilha certa identificação comum da situação de vulnerabilidade ou da busca por reconhecimento com determinada população ou grupo identitário. Ao invés disso, essa experiência aqui narrada nos mostra que as mulheres brancas, jovens e de classe média podem perceber que as histórias singulares, inclusive as delas, estão em jogos de diferenciação complexos e nada simétricos como a dos indígenas, das travestis e transexuais. Refiro-me à própria avaliação das acadêmicas da turma ao final da disciplina, assumindo que o processo de aprendizado sobre as diferenças fez com que entendessem a produção das diferenças, não apenas entre travestis, transexuais e indígenas, mas, também delas próprias⁶.

Compreender-se tão socioculturalmente construído enquanto diferente em contextos variados não foi algo vivido apenas pelo indígena ou acadêmicas da referida disciplina. Processo semelhante ocorreu com várias pessoas que têm participado das atividades do Impróprias, sejam elas de ensino, pesquisa ou extensão. Isso é o que temos recebido enquanto devolutiva das atividades, mas também percebendo-me no processo de trabalho junto ao grupo de pesquisa. Uma delas em especial parece concentrar a multiplicidade de lugares de corpos que compõe a produção do grupo e, ao mesmo tempo, o próprio grupo. Um jornal local, na sessão “comportamento”, assim divulgou a referida atividade: “Polêmica, mesa junta gay, travesti, lésbica e adolescente sobre ‘lugar de fala’” (BRASIL, 2019). O objetivo foi partilhar discussões teórico-metodológicas em relação a diferentes pesquisas, desde iniciação científica até mestrado, em uma mesa em formato de roda de conversa com a comunidade acadêmica e não acadêmica.

O resultado foi muito interessante em relação ao aprendizado pelas diferenças (MISKOLCI, 2016) que tenho discutido teoricamente aqui neste texto em tela, mas chamo a atenção para a notícia que afirmou: “Eles existem e estão na universidade pública pesquisando. Um adolescente branco, uma travesti negra, um gay quarentão e uma indígena lésbica” (BRASIL, 2019, s/p). O anúncio no texto jornalístico de que nós existimos e estamos na universidade pública pesquisando é um dado de realidade que nos coloca como diferentes pesquisando diferenças, em meio aos marcadores sociais

⁶ As disciplinas que ministro nos cursos da área da Saúde comumente discutem diferenças a partir dos marcadores sociais que não apenas gênero, sexualidade e etnia. Experiências com a população carcerária, usuários/as de drogas e pessoa com deficiência, entre outras, também são abordadas.

que nos caracterizam assim como nos permitem estudar diferentes contextos por eles mesmos produzidos.

Do inapropriado e disruptivo na Educação – a título de conclusão

Compreender gênero, sexualidade e diferenças na perspectiva aqui apresentada pode ser (mesmo enquanto devir) inapropriado em diferentes contextos, mas, considerando o estado de Mato Grosso do Sul, há especificidades inapropriadas bastante particulares. Os efeitos das contribuições do grupo de pesquisa ainda seguirão presentes dentro e fora da universidade. Não é possível apostar como se dará ao longo da história que ainda está por vir, mas a cena sul-mato-grossense das diferenças parece bastante instigante e, ao mesmo tempo, desafiadora para o ensino, a pesquisa e a extensão nos termos aqui discutidos.

Considerando a realidade local, especificamente o que consta nas manchetes de jornais que apresentarei a seguir, sabe-se que a produção do conhecimento sobre gênero, sexualidade e diferenças é bastante oportuna nesta localidade. Parte do noticiário apresenta o tom e o clima local em termos de desafios para a atuação do Impróprias: “Nenhuma mulher é eleita para Assembleia Legislativa de MS” (FREITAS, 2018), “PL que proíbe danças ‘sensuais’ nas escolas é aprovado na AL-MS” (BORGES, 2022), “Deputado quer multar professor que falar em ‘ideologia de gênero’” (MATTOS, 2021), “Vereador convoca mutirão para caçar ‘doutrinação’ em 200 livros escolares” (BUENO, 2017), “No ano em que a homofobia virou crime, preconceito ainda feriu e matou em MS” (FRIAS, 2021), “De 8 feminicídios de 2022 em MS, 7 não foram denunciados à polícia: ‘sem medida protetiva’” (ERROBIDARTE, 2022), “Governo proíbe linguagem neutra em escolas de Mato Grosso do Sul” (MAISONNAVE, 2022); “Alunos reagem à homofobia com cartazes ‘fortes’ e sala acaba incendiada na UFMS” (ARAÚJO, 2014) e “Universidade adota banheiro neutro e a polêmica já começou” (TORRES; MARQUES, 2022).

Diante deste cenário, o Impróprias tem buscado manter a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão articulando gênero e sexualidade a outros marcadores sociais da diferença, o que o aproxima de atividades da Liga Acadêmica Multidisciplinar de Saúde do Adolescente (LAMSA) e do Núcleo de Estudos Néstor Perlongher: Cidade, Geração e Sexualidade (NENP), ambos da UFMS. Localmente

essas aproximações geram parcerias para atividades tanto no campo da pesquisa como do ensino e da extensão.

A ideia tem sido desenvolver atividades nos atentando ao poder do conhecimento disruptivo (KUMASHIRO, 2000) quando o assunto é gênero, sexualidade e diferenças. Não se trata, portanto, de mais conhecimento, mas aquele que analisa as fronteiras das diferenças para além dos grupos “minoritários” ou, a depender do contexto, além dos grupos identitários, apontando para o quanto todos, e não apenas “nós” ou apenas os “outros”, são (somos) produzidos em diversos contextos de poder. Esse exercício parece ser fundamental para o campo da Educação.

A anunciação “eu sou bugre” na sala de aula, considerando o contexto em que foi experienciada, foi refletida aqui de modo a ser discutido o quanto ensino, pesquisa e extensão podem ser colocados em prática a partir de certo conhecimento disruptivo, em que os ditos “não diferentes” se percebam fruto da produção de marcadores sociais. As fronteiras de gênero e sexualidade na/da universidade sendo expostas e problematizadas por um grupo de pesquisa tido por alguns/algumas como inapropriado pode seguir tendo como efeito no campo da Educação interpretações que vão além do binarismo oprimido/privilegiado.

Referências

ALMEIDA, Guilherme. “Homens trans”: Novos Matizes na aquarela das masculinidades? **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. v. 20, n.2, p. 513-523, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/wkWvfpf58vHyvr35KTZyvtr/>. Acesso em: 08 maio 2022.

ANTUNES, Fabricio P.; DUQUE, Tiago. Agência, gênero e sexualidade dissidentes na escola: experiências de jovens e professores/as em Mato Grosso do Sul. **Revista Debates Insubmissos**, Caruaru, v. 03, n. 11, p. 272-294, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/article/view/246438>. Acesso em: 08 maio 2022.

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumbo a una nova consciência. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 704-719, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/FL7SmwjzjDJQ5WQZbvYzczb/?lang=pt#>. Acesso em: 08 maio 2022.

ASSMANN, Selvino José. Condição humana contra “natureza”: diálogo entre Adriana Cavarero e Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 647-649, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/KYgkRT43bhj5pt4DJMZhF3J/>. Acesso em: 08 maio 2022.

ÁVILA, Simone. **Transmasculinidades**: a emergência de novas identidades políticas e sociais. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

BENTO, Berenice. Política da Diferença: Femininos e Transexualidades. *In*: COLLING, Leandro (org). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: UFBA, 2011. p. 79-110.

BHABHA, Homi K. O compromisso com a teoria. *In*: BHABHA, Homi K. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005, p. 43-69.

BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/>. Acesso em: 08 maio 2022.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/B33FqnvYyTPDGwK8SxCPmhy/?format=html>. Acesso em: 08 maio 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Dar cuenta de sí mismo**. Violencia ética y responsabilidad. Buenos Aires: Amorrortu, 2009.

BUTLER, Judith. **Corpos em Aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARRARA, Sérgio. Políticas e Direitos Sexuais no Brasil contemporâneo. **Revista Bagoas**, Natal, n. 5, p. 131-147, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2316>. Acesso em: 08 maio 2022.

CARRILLO, Jesús. Entrevista com Beatriz Preciado. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.28, p. 375–405, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/86VcBmHL3WDKz6NPFtt4k6K/?format=html>. Acesso em: 08 maio 2022.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 36-61, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/FPTpjZfwdKbY7qWXgBpLNCN/>. Acesso em: 08 maio 2022.

DEMÉTRIO, Fran. Pele trans, máscaras cis: eu tive que “cispassar por” para chegar até aqui. Prefácio. In: DUQUE, Tiago. **Gêneros incríveis**: um estudo sócio-antropológico sobre o (não) passar por homem e/ou mulher. Salvador: Devires, 2019, p. 09-13.

DUQUE, Tiago. Corpo, Estado e militância, ou sobre aquilo que você precisa saber antes de começar a ler uma puta teoria. **Revista Florestan**, São Carlos, n. 2, p. 67-89, 2014. Disponível em: <http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/65>. Acesso em: 08 maio 2022.

DUQUE, Tiago. “Não toque em mim na segunda-feira”: diferença, abjeção e identidade em um projeto de extensão no Campus Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 1, p. 22-37, 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/7858>. Acesso em: 08 maio 2022.

DUQUE, Tiago. A travesti, a onça-pintada e a sucuri: reflexões sobre regime de visibilidade no Pantanal, MS. **Século XXI**: Revista de Ciências Sociais, v. 9, n. 1, p. 93-122, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/36923/0>. Acesso em: 08 maio 2022.

DUQUE, Tiago. Corpo de fala e pesquisa: autorreflexões sobre identidade e diferenças. In: NOGUEIRA, Gilmaro; MBANDI, Nzinga; TRÓI, Marcelo de. (Orgs.). **Lugar de fala**: conexões, aproximações e diferenças. Salvador: Editora Devires, p. 71-77, 2020a.

DUQUE, Tiago. A Epistemologia da passabilidade: dez notas analíticas sobre experiências de (in)visibilidade trans. **História Revista**, Goiânia, v. 25, p. 32-50, 2020b. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/66509>. Acesso em: 08 maio 2020.

FASSIN, Eric. Sou um homem branco? Epistemologia política do paradoxo majoritário. *Sexualidad, Salud Sociedad*. Rio de Janeiro, n.37, e21200, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/w6L6Jvp555MBXwX9N3Gy7Zz/>. Acesso em: 08 maio 2022.

FAVERO, Sofia. Cisgeneridades precárias: raça, gênero e sexualidade na contramão da política do relato. **Bagoas** – Estudos gays: gêneros e sexualidades, Natal, v. 13, n. 20, p. 169-197, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/18675>. Acesso em: 08 maio 2022.

FERNANDES, Estevão Rafael; GONTIJO, Fabiano de Souza. Diversidade sexual e de gênero e novos descentramentos: um manifesto queer caboclo. **Amazônica: revista de Antropologia**. v. 8, n. 1, p. 14-22, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/4722>. Acesso em: 08 maio 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 19ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FURLIN, Neiva. Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.16, n. 2, p. 395-403, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs//article/view/32198/0>. Acesso em: 08 maio 2022.

GUISARD, Luís Augusto de Mola. O bugre, um João-Ninguém: um personagem brasileiro. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 92-99, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/jMgYnVpvBB5wLgbxYyRM4Lv/>. Acesso em: 08 maio 2022.

HALBERSTAM, Judith/Jack. **Masculinidad Feminina**. Barcelona: EGALES Editorial, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2015.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.) **Identidade e diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. In: **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/22900>. Acesso em: 08 maio 2022.

HIRANO, Luis Felipe Kojima. Marcadores sociais das diferenças: rastreando a construção de um conceito em relação à abordagem interseccional e a associação de categorias. *In: HIRANO, Luis Felipe Kojima; ACUÑA, Maurício; MACHADO, Bernardo Fonseca (Org.) Marcadores sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções.* Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019, p. 27-53.

IANNI, Octavio. A questão nacional na América Latina. *In: Estudos Avançados*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 5-40, 1988. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/RCPQ59yCw3tPnpYZqHftw7t/>. Acesso em: 08 maio 2022.

JAGOSE, Annamarie R. **Queer theory: An introduction.** New York: New York University Press, 1996.

JESUS, Jaqueline G. de. As guerras de pensamento não ocorrerão nas universidades. *In: COLLING, Leandro (Org.). Dissidências sexuais e de gênero.* Salvador: EDUFBA, 2016, p. 217-237.

KENNEDY, Randall. “Racial Passing”. **Ohio State Law Journal**, Columbus, v. 62, n. 3, p. 1145-1194, 2001. Disponível em: <https://kb.osu.edu/handle/1811/70462?show=full>. Acesso em: 08 maio 2022.

KNUDSEN, Patrícia P. P. da S. Conversando sobre psicanálise: entrevista com Judith Butler. *In: Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 161-170, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/L8vVC5NzQ5n5gQz9WbY9WHk/>. Acesso em: 08 maio 2022.

KUMASHIRO, Kevin K. Toward a theory of anti-oppressive education. *In: Review of Educational Research*, Washington, v. 70, n. 1, p. 25-53, 2000. Disponível em: https://projects.iq.harvard.edu/files/deib-explorer/files/toward_a_theory_of_anti-oppressive_education.pdf. Acesso em: 08 maio 2022.

LACERDA, Léia T.; CATANANTE, Bartolina R.; LIMA, Cristiane P. **Diálogos sobre identidade étnico-racial, gênero e sexualidade: caminhos para a transformação.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.

LIMA, Fátima. **Corpos, gêneros, sexualidade: políticas de subjetivação.** Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014.

LIMA, Fátima. Raça, gênero, sexualidades: interseccionalidades e resistências viscerais de mulheres negras em contextos bio-necropolíticos. *In: RANGEL, Everton;*

FERNANDES, Camila; LIMA, Fátima (Orgs). **(Des)prazer da norma**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018, p. 140-157.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista, Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho*: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MATEBENI, Zethu. Perspectivas do Sul sobre relações de gênero e sexualidades: uma intervenção queer. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 60, n. 3, p. 26-44, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/141826>. Acesso em: 08 maio 2022.

MCCLINTOCK, Anne. Couro imperial: raça, travestismo e o culto da domesticidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 20, p. 7-85, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/xdgGY6KWGkHfknFvkqYhygc/>. Acesso em: 08 maio 2022.

MEYER, Dagmar E.; PARAÍSO, Marlucy A. Metodologias de pesquisas pós-críticas ou sobre como fazemos nossas investigações. In: MEYER, Dagmar E.; PARAÍSO, Marlucy A. (Orgs). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014, p. 17-24.

MILLS, Claudia. “Passing”: The Ethics of Pretending to Be What You Are Not. **Social Theory and Practice**, Florida, v 25, n. 1, p. 29-51, 1999. Disponível em: <https://go.gale.com/ps/i.do?p=AONE&u=anon~d9413469&id=GALE|A55426839&v=2.1&it=r&sid=googleScholar&asid=9561793b>. Acesso em: 08 maio 2022.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 150-182, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/BkRJyv9GszMddwqpncrJvdn/>. Acesso em: 08 maio 2022.

MISKOLCI, Richard. **Batalhas morais**: política identitária na esfera pública técnico-midiatizada. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MISKOLCI, Richard. **Desejos digitais**: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

NASCIMENTO, Letícia C. P. do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaia, 2021.

NASCIMENTO, Letícia C. P. Eu não vou morrer. **Revista Inter-Legere**, v. 3, n. 28, p. 1-22, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/21581>. Acesso em: 08 maio 2022.

OLIVEIRA, Marco Aurélio M; CAMPOS, Davi Lopes Migrantes e Fronteira: lógicas subvertidas, vidas refeitas. In: PEREIRA, Jacira Helena do V. e OLIVEIRA, Marco Aurélio M. (ORGs). **Migração e Integração** – resultados de pesquisa em Mato Grosso do Sul. Dourados Ed UFGD, 2012, p. 17-37.

OLIVEIRA, Esmael A.; PASSAMANI, Guilherme R.; ROSA, Marcelo V da.; DUQUE, Tiago. “Salve-se quem puder”: dilemas de estudantes das universidades federais do Mato Grosso do Sul em tempo de pandemia. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 29, p. 65-74, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/169109>. Acesso em: 08 maio 2022.

ORTNER, Sherry. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. GROSSI, Miriam *et al.* (Org.) **Conferências e Diálogos**: saberes e práticas antropológicas. Brasília: ABA/Nova Letra, 2007, p. 45-80.

SCOTT, Joan Wallach. A Invisibilidade da Experiência. **Projeto História**, São Paulo, v. 16, p. 297- 325, 1998.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: PARAÍSO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva (Orgs.) **Pesquisas sobre currículo, gêneros e sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018. p. 23-45.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 122, p. 283-303, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/JrF5H8r96wRTvTDLSzhYpcM/>. Acesso em: 08 maio 2022.

PASSAMANI, Guilherme R. **Batalha de Confete**: envelhecimento, condutas homossexuais e regimes de visibilidade no Pantanal-MS. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 395-418, 2012. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/89>. Acesso em: 08 maio 2022.

PELÚCIO, Larissa; DUQUE, Tiago. “Cancelando” o cuier. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 10, n. 1, p. 125-151, 2020. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/859>. Acesso em: 08 maio 2022.

PEREIRA, Pedro P. Queer nos trópicos. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 371-394, 2012. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/88>. Acesso em: 08 maio 2022.

PRECIADO, Paul. **Texto Junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas** – estudos gays: gênero e sexualidade, Natal, v. 4 n. 5, p. 17-44, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 08 maio 2022.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemologia del armario**. Barcelona: Ediciones de La tempestad, 1998.

SEFFNER, Fernando. Composições (com) e resistências (à) norma: pensando corpo, saúde e políticas e direitos LGBT. In: COLLING, Leandro (Org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: UFBA, 2011, p. 57-78.

SEIDMAN, Steven. Introduction. In: *Queer theory/ Sociology*. Cambridge, MA, Blackwell, p. 1-25, 1996.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VENCATO, Ana Paula. Diferenças na escola. In: MISKOLCI, Richard; LEITE JÚNIOR, Jorge. **Diferenças na educação**: outros aprendizados. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 19-56.

VIEIRA, Helena; BAGAGLI, Bia Pagliarini. Transfeminismo. In: HOLANDA, Heloisa Buarque. **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 343-378.

Textos jornalísticos:

ARAUJO, Aline. Alunos reagem à homofobia com cartazes “fortes” e sala acaba incendiada na UFMS. **Campo Grande News**, Campo Grande, 24 out. 2014. Comportamento. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/alunos-reagem-a-homofobia-com-cartazes-fortes-e-sala-acaba-incendiada-na-ufms>. Acesso em: 08 maio 2022.

BORGES, Lúcio. PL que proíbe danças ‘sensuais’ nas escolas é aprovado na AL-MS. **Enfoque MS**, Campo Grande, 22 mar. 2022. Disponível em: <https://www.enfoquems.com.br/pl-que-proibe-dancas-sensuais-nas-escolas-e-aprovado-na-al-ms/>. Acesso em: 08 maio 2022.

BRASIL, Paula Maciulevicius. Polêmica, mesa junta gay, travesti, lésbica e adolescente sobre “lugar de fala”. **Campo Grande News**, Campo Grande, 6 nov. 2019. Comportamento. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/polemica-mesa-junta-gay-travesti-lesbica-e-adolescente-sobre-lugar-de-fala>. Acesso em: 08 maio 2022.

BUENO, Mayara. Vereador convoca mutirão para caçar “doutrinação” em 200 livros escolares. **Campo Grande News**, Campo Grande, 14 dez. 2017. Política. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/politica/vereador-convoca-mutirao-para-caçar-doutrinacao-em-200-livros-escolares>. Acesso em: 08 maio 2022.

ERROBIDARTE, Danielle. De 8 feminicídios de 2022 em MS, 7 não foram denunciados à polícia: “sem medida protetiva”. **Midiamax**, Campo Grande, 09 fev. 2022. Política. Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/policia/2022/de-8-femicidios-de-2022-em-ms-7-nao-foram-denunciados-policia/>. Acesso em: 08 maio 2022.

FREITAS, Ricardo. Nenhuma mulher é eleita para Assembleia Legislativa de MS. **G1, São Paulo**. 08 out. 2018. Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/eleicoes/2018/noticia/2018/10/08/nenhuma-mulher-e-eleita-para-assembleia-legislativa-de-ms.ghtml>. Acesso em: 08 maio 2022.

TORRES, Thaila; MARQUES, Bruna. Universidade adota banheiro neutro e a polêmica já começou. **Campo Grande News**, campo Grande, 30 mar. 2022. Comportamento. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/universidade-adota-banheiro-neutro-e-a-polemica-ja-comecou>. Acesso em: 08 maio 2022.

Recebido em maio de 2022.

Aprovado em junho de 2022.

Revista
Diversidade
e Educação